

levando o seu acordo à capitalização dos juros levada a cabo pelo exequente.

24. Nos termos do art. 560º do CC é necessária convenção posterior ao vencimento dos juros, para que estes possam ser capitalizados.

25. Não sendo capitalizáveis juros semestrais como fez o exequente.

26. Uma vez que não se sabe se a IMC foi interpelada ou o momento em que eventualmente o tenha sido, estão prescritos todos os juros, remuneratórios e moratórios, com mais de 5 anos decorridos regressivamente desde a data da citação.

27. A dívida exequenda devem ser deduzidos 86.800.000\$00 resultantes da cessão de créditos feita pela Ilídio Monteiro Construções ao exequente, o qual não comprovou, mediante sentença transitada em julgado, que não tenha obtido a cobrança desse crédito.

28. A sentença não se pronunciou quer quanto à acordada conversão de créditos em capital quer quanto à cessão de créditos.

29. Devendo a acção prosseguir para análise destas questões.

O exequente contra-alegou defendendo a bondade da sentença recorrida.

Cumpra apreciar.

Dada a extensão das questões levantadas, passamos a analisar um a um os argumentos da apelação.

A) Inconstitucionalidade

Alegam os recorrentes que o art. 43º do Dec-Lei 41.957 de 13/11/58 contém norma inconstitucional, por violar os princípios da igualdade e da concorrência, expressos nos arts. 13º e 81º f) da CRP.

A base da argumentação consiste no facto de, tendo negociado com o exequente empréstimos, o fizeram nos mesmos moldes em que o fariam com qualquer outra instituição de crédito. Ou seja, o Banco de Fomento Exterior não surge em tais contratos dotado de poderes de autoridade mas antes em circunstâncias idênticas às das demais instituições de crédito privadas. Sendo assim, entendem os apelantes que o exequente teria de lançar mão do processo de execução ordinária e nunca do processo das execuções fiscais. Caso contrário estaríamos perante um inaceitável privilégio do BFE, violador do referido princípio da igualdade e que iria distorcer as regras da equilibrada concorrência.

Nos termos do art. 43º do mencionado Dec-Lei 41.957 que as execuções levadas a cabo pelo ora exequente, para satisfação dos créditos resultantes de empréstimos feitos ou de fianças prestadas correrão pelos tribunais comuns mas seguindo o processo das execuções fiscais.

Quanto ao princípio da igualdade, dir-se-á que visa essencialmente proibir, quer nas relações dos particulares com o Estado quer nas próprias relações jurídicas entre particulares, a existência de tratamento desigual em função da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Proíbe-se pois que situações que, em essência, sejam idênticas, sejam tratadas de modo diferente consoante o sujeito pertença a determinada raça, credo, sexo, etc.

Embora este preceito constitucional não nos pareça aplicável às pessoas colectivas, face ao disposto nos arts. 12º n.º 2 e 13º da CRP, mesmo a entender o contrário nem por isso teriam razão os apelantes. Desde logo porque não mostram qual o tipo de discriminação aferido ao n.º 2 do citado art. 13º, nem se vê onde ele possa existir.

Depois, porque - e o argumento é igualmente aplicável ao art. 81º e) da CRP - o princípio que visa criar condições

para uma igualdade de oportunidades no domínio da equilibrada concorrência, pressupõe à partida que as entidades tenham natureza e finalidades idênticas.

Ou seja, o legislador não está inibido de tratar desigualmente aquilo que é desigual - desde que tal desigualdade não assente em nenhuma das vertentes do art. 13º n.º 1.

O conceito de defesa da concorrência, no plano da igualdade e noutros, visa como se referia no preâmbulo do Dec-Lei 422/83, "salvaguardar os interesses dos consumidores, garantir a liberdade de acesso ao mercado, assegurar a transparência do mercado, favorecer a realização dos objectivos gerais do desenvolvimento económico e social e reforçar a competitividade dos agentes económicos face à economia internacional".

Por seu turno, o art. 87º n.º 1 do Dec-Lei 294/91 estabelece que "a actividade das instituições de crédito, bem como a das suas associações empresariais, está sujeita à legislação da defesa da concorrência".

Mas o art. 1º n.º 3 do Dec-Lei 371/93 de 29/10, excepto do âmbito de aplicação do diploma - que visa fixar as regras da concorrência - as situações de restrição da concorrência decorrentes de lei especial.

Ora, essa é exactamente a situação do BFE, nos termos do mencionado art. 43º do Dec-Lei 41.957.

O BFE nos termos do art. 3º deste diploma tem como objecto a prática de operações bancárias e financeiras e, em especial, a concessão de crédito a médio e longo prazo com vista ao desenvolvimento económico do país.

Dai o regime especial de obtenção de recursos financeiros nos termos dos arts. 6º e 7º desse Dec-Lei 41.957, apenas podendo aceitar depósitos a prazo superiores a um ano.

E isto ao contrário da banca comercial que "vive fundamentalmente do dinheiro em cofre e dos depósitos à ordem" - Acórdão da Relação de Lisboa, de 10/1/85, in C. Jur. 1985, T. 1, pág. 148/151 e que aqui seguimos de perto.

Como se vê, estamos perante uma situação bem diferente da chamada banca comercial, suficiente só por si para tornar injustificável a invocação dos arts. 13º n.º 2 e 81 e) da CRP: é inteiramente aceitável que se regulem de modo diverso situações dissemelhantes. Assim, a disposição que remete para o processo das execuções fiscais a cobrança de créditos do BFE não é inconstitucional nem infringe quaisquer regras de concorrência.

B) Violação do Tratado de Roma

Alegam os recorrentes que o art. 43º do citado Dec-Lei 41.957, nomeadamente o seu art. 85º que estipula serem incompatíveis com o mercado comum e proibidos todos os acordos entre empresas e todas as práticas concretas que sejam susceptíveis de afectar o comércio entre os Estados membros e que tenham por objectivo ou efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência no mercado comum.

Não se vê em que medida o Dec-Lei 41.957 no seu art. 43º, possa afectar a concorrência entre os Estados membros.

Por outro lado e como dissemos, não existem quaisquer violações de regras de concorrência entre bancos, dada a natureza e escopo específicos do BFE que o colocam num plano de actuação diferente dos chamados bancos comerciais.

Mesmo as alterações posteriores à publicação do Dec-Lei 41.957 tiveram sempre como objectivo - para usar os termos do Dec-Lei 322/72 de 19/8- "reforçar a sua capacidade como instrumento de promoção económico-social".

São estas diferenças essenciais que subtraem o BFE à directa concorrência com outras entidades bancárias e que, dada a própria natureza dessa instituição, justificam o recurso ao modelo executivo do art. 43º n.º 1. Modelo que não constitui qualquer privilégio: se é certo que a acção

unidades no domínio
põe à partida que as
tidades idênticas.
à inibição de tratar desig
asde que tal desigual
erentes do art. 13º
concorrência, no plano
se referia no preâmbulo
s interesses dos consum
sso ao mercado, asse
ivorecer a realização
mento económico e soc
gentes económicos fin

nº 1 do Dec-Lei 298
as instituições de cre
ações empresariais.
a concorrência".
371/93 de 29/10, exc
a - que visa fixar as res
restricção da concorr

a situação do BFE.
do Dec-Lei 41.957.
² deste diploma tem
bancárias e financeir
dito a médio e longo p
económico do país.
atenção de recursos le
7º desse Dec-Lei 41
as a prazo superiores

nca comercial que
im cofre e dos depósitos
Lisboa, de 10/1/85, im
je aqui seguimos de p
te uma situação bem
ial, suficiente só por
dos arts. 13º nº 2 e 81
que se regulem de m
s. Assim, a disposiçã
ações fiscais a cobr
institucional nem int
ia.

loma
o art. 43º do citado Dec
rt. 85º que estipula
mum e proibidos tod
as práticas concret
comércio entre os Est
jectivo ou efeito in
cia no mercado com
Dec-Lei 41.957 no s
entre os Estados m
ios, não existem qua
ncia entre bancos, d
o BFE que o colocam
chamados bancos

iores à publicação do
o objectivo - para us
/8- "reforçar a sua
ção económico-soc
iais que subtraem o
is entidades bancá
sa instituição, just
art. 43º nº 1. Model
se é certo que a

segue o regime das execuções fiscais, nem por
a executado fica impossibilitado de lançar mão do
da oposição à execução, como de resto aconteceu
os autos.

Não existe pois qualquer violação das regras do Tratado
de Lisboa nem, a nível interno, das regras de concorrência.

1) Inexequibilidade e insuficiência formal do título
Atenja-se que faltam aqui os requisitos previstos no art.
do Código do Processo Tributário aprovado pelo Dec-
de 194/91 de 23/4, com as alterações introduzidas pelo
de 398/98 de 17/2.

Uns requisitos, sem os quais o título carece de força
executiva, são:

- a) Menção da entidade emissora ou promotora da
emissão e respectiva assinatura;
- b) Data em que foi emitido;
- c) Nome e domicílio do ou dos devedores;
- d) Natureza e proveniência da dívida e indicação, por
do seu montante. Não indicam os apelantes qual
os destes requisitos não estão presentes no título
à execução. Não o fazem nem nas conclusões nem
próprias alegações do recurso.

Tendo em atenção o disposto no art. 248º d), prevê-se
que pode servir de base à execução fiscal qualquer título a
por lei especial, seja atribuída força executiva.

O que é exactamente o caso dos autos, face ao disposto
art. 43º § 1º do Dec-Lei 41.957: tem força de título
ativo a certidão de dívida, extraída dos livros de escrita
excoquente, acompanhada de uma cópia do respectivo
mento de empréstimo ou de fiança.

Logo, deu o exequente cumprimento a esta última
emissão, como de resto, como se vê da matéria de facto
mento, deu cumprimento ao próprio art. 249º.

Os recorrentes dão como fundamento para a
inexequibilidade do título resultante da própria escrita do
e de novo, a inaplicabilidade do art. 43º do Dec-Lei
1957. Todavia, como vimos, o diploma é aplicável não
fazendo dos vícios que lhe imputam os recorrentes.

Logo, terá de improceder também aqui o alegado pelos
apelantes.

Formos em que se acorda julgar improcedente a
ação, confirmando-se integralmente a douta sentença
senda.

Custas pelo recorrentes.

LISBOA, 3/10/02

António Valente
Ilídio Martins
Pires do Rio

Recurso nº 5223/02-8
Comarca de Lisboa - 3º Juízo

**FEDERAÇÃO PORTUGUESA
DE FUTEBOL**

- Competência em razão da matéria
- Clubes de futebol - Caso N'Dinga
- Jogador estrangeiro
- Nulidade da inscrição na Federação Portuguesa de Futebol

- Revalidação da inscrição
- Decisão ilegal de organismo federativo
- Danos causados a clube de futebol
- Nexo de causalidade

(Acórdão de 8 de Outubro de 2002)

SUMÁRIO:

- I — Os tribunais comuns são os competentes, em razão da matéria, para conhecerem das questões cíveis que oponham os clubes de futebol à Federação Portuguesa de Futebol, e não os tribunais administrativos.
- II — As decisões dos órgãos da Federação Portuguesa de Futebol, sobre a aplicação dos respectivos Regulamentos, não constituem caso julgado em eventuais pedidos cíveis de indemnização.
- III — Existe nexo de causalidade entre uma decisão ilegal de um organismo federativo e o dano causado a um clube de futebol que, em virtude dessa ilegalidade, se vê prejudicado na classificação final do campeonato que disputou.
- IV — A inscrição de um jogador estrangeiro na Federação Portuguesa de Futebol, sem a entrega tempestiva do certificado internacional da Federação do seu país, é nula, e não pode valer para as épocas seguintes, sem a entrega de novo certificado internacional, devidamente actualizado.
- V — A revalidação de inscrição de jogador estrangeiro na Federação Portuguesa de Futebol, só pode ter lugar se houver inscrição válida anterior, não sendo possível, sobre uma inscrição nula e sem valor jurídico-desportivo, alicerçar um acto válido e eficaz, que possa sanar todos os eventuais danos dela resultantes, quer patrimoniais, quer não patrimoniais.

R. D.

Acordam no Tribunal da Relação de Lisboa:

I - Relatório
Associação Académica de Coimbra intentou a presente acção declarativa de condenação, sob a forma ordinária, contra Federação Portuguesa de Futebol, pedindo que esta seja condenada a pagar-lhe a quantia de 710.000.000\$00, como indemnização pelos prejuízos sofridos, acrescidos de juros à taxa legal de 15%, desde a citação, até integral pagamento, porquanto, na época futebolística de 1987/1988, a A. e o Vitória Sport Clube de Guimarães disputaram o Campeonato Nacional de Futebol da 1ª Divisão.
No dia 15/05/88, num encontro de futebol a contar para aquele campeonato nacional, o Vitória Sport Clube de Guimarães fez alinhar o jogador N'Dinga Mbote.
A A. perdeu esse encontro por 3-0, e desceu nessa época, à 2ª Divisão Nacional, apesar de somar, no final do Campeonato, um número igual de pontos aos dois clubes que se classificaram nas posições imediatamente acima, classificando-se no antepenúltimo lugar.